A C Ó R D Ã O N° 33.187
(Processo nº 2000/51148-0)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA (Convênio nº 010/99 – SEDUC)

Responsável: Sr. RAIMUNDO CARLOS FIGUEIREDO BENTES, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ

EMENTA: Contas irregulares. Deverá o responsável recolher aos cofres públicos do Estado o valor recebido, devidamente atualizado, e multa regimental, no prazo de 30 dias contados da publicação oficial desta decisão.

Relatório do Exmº. Sr. Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ: Processo nº 2000/51148-0

O presente processo trata da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL TERRA SANTA, referente ao Convênio nº 010/99, firmado com o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Educação – SEDUC, no valor de R\$-100.000,00 (cem mil reais), com a finalidade de conceder recursos financeiros para o projeto “Obras civis de construção de 01 (uma) unidade escolar com 04 (quatro) salas de aula, no Município de Terra Santa”, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Carlos Figueiredo Bentes.

A 6ª Controladoria às fls. 101/103, diz que as contas devem ser consideradas IRREGULARES, com a devolução do valor de R\$-7.673,60 (sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos), em razão de ausência de procedimento licitatório em diversas aquisições de materiais, sem prejuízo da multa regimental.

A douta Procuradoria, em parecer às fls. 105, solicita a citação do responsável para manifestar-se nos autos, em relação às conclusões do órgão técnico.

Citado, o interessado não apresentou defesa.

O Ministério Público, às fls. 112/113 acompanha as conclusões do órgão técnico, pela irregularidade nas presentes contas, com a devolução da quantia supra mencionada, sem prejuízo das demais penalidades.

É o relatório.

V O T O:

Nos termos da manifestação da Assessoria Técnica e do parecer do Ministério Público, as contas devem ser consideradas IRREGULARES. O responsável deverá recolher aos cofres da Fazenda Estadual, o valor de R\$-7.673,60 (sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos), corrigido monetariamente, mais a multa no valor de R\$-400,00 (quatrocentos reais), tudo no prazo de trinta (30) dias contados da publicação oficial desta decisão.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, julgar irregulares as contas, devendo o Sr. RAIMUNDO CARLOS FIGUEIREDO BENTES, Prefeito à época, recolher aos cofres públicos estaduais o valor de R\$-7.673,60 (sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos), corrigido monetariamente, mais a multa de R\$-400,00 (quatrocentos reais), tudo no prazo de trinta (30) dias contados da publicação oficial desta decisão, na forma do voto do Exmº. Sr. Conselheiro relator.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 31 de outubro de 2002.

FERNANDO COUTINHO JORGE
Presidente em exercício

LAURO DE BELÉM SABBÁ
Relator

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presente à sessão: o Procurador Dr. Pedro Rosário Crispino.
RC/0100455/